

Aula 03 - Prof. Alexandre Violato

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Legislação - 2025
(Pós-Edital)*

Autor:

**Alexandre Violato Peyerl, Eduardo
Bouçós Xavier, Fernando Pedrosa
Lopes, Tulio Lages, Bruno
Bezerra, Patrícia Cristina Biazao**
28 de Junho de 2025
Manzato Moises

Sumário

Introdução	2
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	3
Disposições Preliminares.....	3
Provimento, Vacância, Lotação, Relotação e Substituição	5
Provimento	5
Vacância.....	15
Lotação e Relotação	17
Substituição.....	19
Direitos e Vantagens.....	20
Vencimento e Remuneração.....	20
Vantagens	21
Aposta Estratégica	26
Questões Estratégicas.....	27
Questionário de revisão e aperfeiçoamento	37
Perguntas	37
Perguntas com respostas	40
Lista de Questões	44
Gabarito.....	49
Referências Bibliográficas	50



LEI ESTADUAL Nº 16.024/2008 – ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

INTRODUÇÃO

Nesta aula trabalharemos do artigo 1º ao 77 do Estatuto dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná (Lei Estadual nº 16.024/2008).

Considerando todas as provas disponíveis para consulta, constatamos a seguinte distribuição de cobrança entre os títulos do Estatuto em uma amostra de 55 questões aplicadas ao longo dos anos:

Assunto	Grau de incidência em concursos
Disposições Preliminares (arts. 1º a 7º)	1,82%
Provimento, Vacância, Lotação, Relotação e Substituição (arts. 8º a 55)	47,27%
Direitos e Vantagens (arts. 62 a 151)	27,27%
Regime Disciplinar (arts. 152 a 243)	23,64%
Disposições Finais (arts. 244 a 251)	0,00%

Importante enfatizar que a Lei tem sua origem no ano de 2008, sendo as alterações mais recentes realizadas pela Lei Estadual nº 22.258 de 12 de dezembro de 2024. Sua versão já atualizada se encontra no site do próprio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná¹.

¹ <https://www.tjpr.jus.br/estatuto-dos-funcionarios-do-poder-judiciario>



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

Disposições Preliminares

A Lei Estadual nº 16.024/2008 estabelece o **regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná**. Para os fins do Estatuto são considerados funcionários:

- os ocupantes dos cargos da Secretaria do Tribunal de Justiça e do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição;
- os Secretários do Conselho de Supervisão do Juizado Especial;
- os Secretários de Turma Recursal do Juizado Especial;
- os Secretários do Juizado Especial;
- os Oficiais de Justiça do Juizado Especial;
- os Auxiliares de Cartório do Juizado Especial;
- os Auxiliares Administrativos do Juizado Especial; e
- os Contadores e Avaliadores do Juizado Especial.

Funcionário



Pessoa investida em cargo público com
vencimentos ou remunerações percebidas
dos cofres públicos estaduais

Art. 3º **Cargo** é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional cometidas a funcionário, identificado pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres públicos.

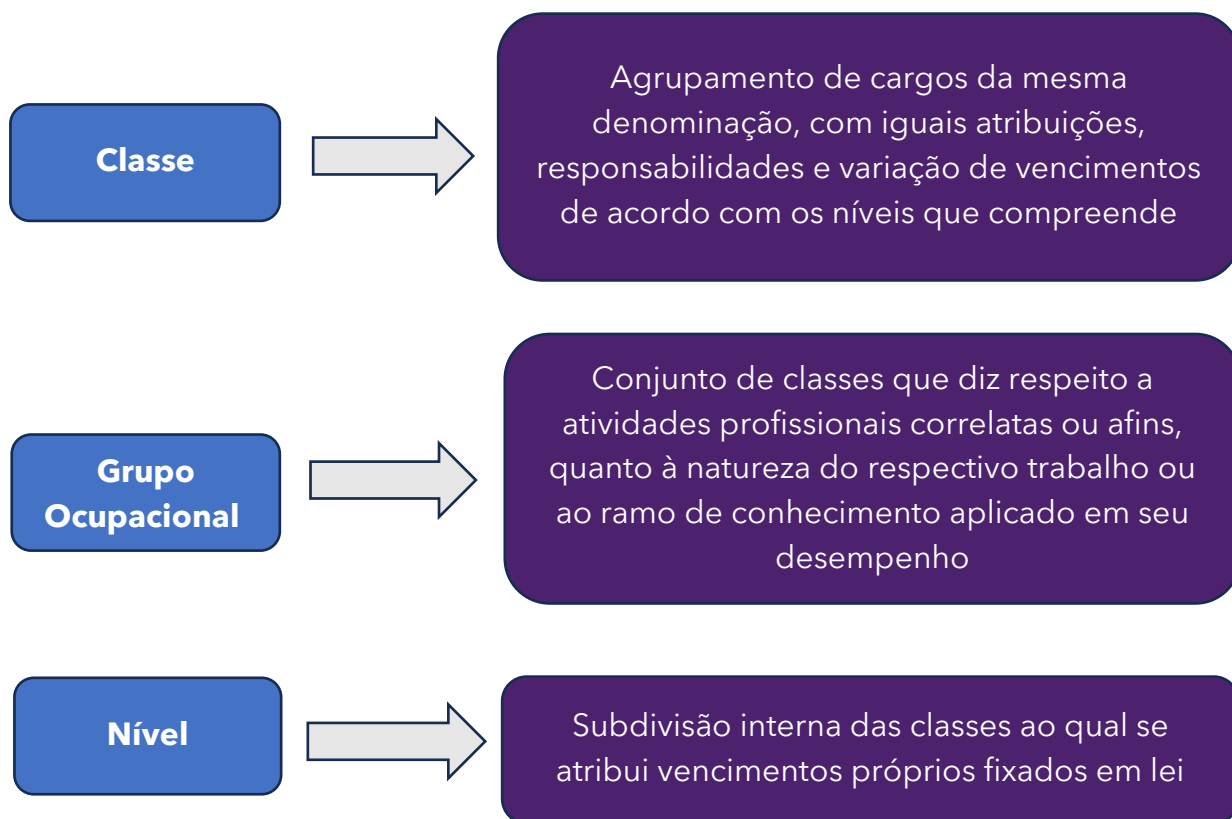
§ 1º **Função** é conjunto de atribuições vinculadas a determinadas habilitações para o desempenho de tarefas distintas em grau de responsabilidade e de complexidade e será atribuída por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

(...)

§ 4º Os vencimentos e as gratificações de função têm valores fixados em lei.

A designação e a dispensa das funções gratificadas são competências do Presidente do Tribunal de Justiça, sendo que a designação vigora a partir da publicação do ato, competindo à autoridade a que se subordinará o funcionário designado dar-lhe exercício imediato.

A **estrutura organizacional deve atender o seguinte:**



A progressão se dá dentro da mesma classe de um nível para outro imediatamente superior, havendo no **máximo 9 níveis em cada classe**.

Os Quadros do Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e de 1º Grau de Jurisdição são organizados em grupos, escalonados de acordo com:

- a hierarquia;
- a natureza;
- a complexidade do serviço; e
- o nível de escolaridade exigido em lei ou regulamento.

Os Quadros compreendem:

- Parte Permanente** que é integrada pelos cargos de provimento efetivo e em comissão;
- Parte Suplementar** que é integrada pelos cargos extintos na forma estabelecida em lei.

A lotação do pessoal integrante do Quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça é regulada por decreto judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal de Justiça, salvo afetação em lei à determina secretaria ou repartição, a lotação dos cargos dos funcionários afetos ao 1º Grau de Jurisdição.

Os cargos públicos são de **provimento**:

I. **Efetivo:**

- a. organizados em classes, ou de forma isolada;
- b. providos por concurso público.

II. **Em comissão:**

- a. envolvem atribuições de direção, de assessoramento e de assistência superior;
- b. são de livre nomeação e exoneração, satisfeitos os requisitos fixados em lei ou regulamento.

Art. 7º As atribuições e as responsabilidades inerentes aos cargos serão definidas em lei.

Provimento, Vacância, Lotação, Relotação e Substituição

Provimento

A investidura em cargo público de provimento efetivo depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão que são de livre nomeação e exoneração.



Requisitos básicos para investidura em cargo público	
1	Nacionalidade brasileira
2	Gozo dos direitos políticos
3	Quitação com as obrigações militares e eleitorais
4	Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo
5	Idade mínima de 18 anos
6	Aptidão física e mental



Provimento é o ato do Presidente do Tribunal de Justiça que **preenche o cargo e se dá com a nomeação, a posse e o exercício.**

Formas de Provimento	
1	Nomeação
2	Readaptação
3	Reversão
4	Aproveitamento
5	Reintegração
6	Recondução
7	Remoção
8	Promoção

Art. 11, Parágrafo único. **A remoção e a promoção implicam na vacância do cargo e somente se aplicam** aos ocupantes do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição, aos Secretários do Conselho de Supervisão do Juizado Especial, aos Secretários de Turma Recursal do Juizado Especial, aos Secretários do Juizado Especial, aos Oficiais de Justiça do Juizado Especial, aos Auxiliares de Cartório do Juizado Especial, aos Auxiliares Administrativos do Juizado Especial, e aos Contadores e Avaliadores do Juizado Especial.

Nomeação

A nomeação é o chamamento para a posse e para a entrada no exercício das atribuições do cargo público, devendo seu ato indicar o cargo de provimento efetivo ou o cargo de provimento em comissão a ser preenchido.

A nomeação para cargo público de provimento efetivo ocorre de acordo com a ordem de classificação e será realizada durante o prazo de validade do concurso. Já a nomeação para cargo de provimento em comissão é livre, observados os requisitos básicos para investidura em cargo público.

É vedada a nomeação para cargo de provimento em comissão, bem como a lotação no âmbito da Secretaria do Tribunal de Justiça, dos ocupantes de:

- cargos do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição,
- cargos do foro judicial de Escrivão e de Oficial Contador, Avaliador, Partidor, Depositário e de Distribuição, de Auxiliar de Cartório, de Auxiliar Administrativo, de Oficial de Justiça, de Comissário de Vigilância, de Assistente Social, de Psicólogo, de Porteiro de Auditório, de Agente de Limpeza, de Secretário do Conselho de Supervisão do Juizado Especial, de Secretário de Turma Recursal do Juizado Especial, de Secretário do Juizado Especial, de



Oficial de Justiça do Juizado Especial, de Auxiliar de Cartório do Juizado Especial, de Auxiliar Administrativo do Juizado Especial e de Contador e Avaliador do Juizado Especial.

Concurso

O concurso obedece:

- ao que dispuser o Regimento Interno;
- às normas do regulamento que for elaborado por Comissão designada pelo Presidente do Tribunal de Justiça; e
- ao respectivo edital.

O concurso público é de provas ou de provas e títulos e terá validade de até 2 anos, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período. Seu edital de abertura conterá as regras que regem o seu funcionamento e será publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, com divulgação pelos meios de comunicações disponíveis.

Durante o prazo de validade, o aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos é convocado para assumir o cargo com prioridade sobre os aprovados em novos concursos.

Art. 16, § 3º Às **pessoas portadoras de deficiência** é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, **sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.**

§ 4º Aos **afrodescendentes serão reservadas 10% (dez por cento) das vagas** oferecidas no concurso.

Importante fazer uma ressalva em relação as cotas para afrodescendentes. Embora o Estatuto preveja que será de 10%, hoje o que está sendo aplicado é o percentual estabelecido pela Resolução do CNJ nº203/2015, que diz o seguinte em seu artigo 2º:

Art. 2º **Serão reservadas aos negros o percentual mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos** para provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário enumerados no art. 92, IA, II, III, IV, V, VI e VII, da Constituição Federal e de ingresso na magistratura dos órgãos enumerados no art. 92, III, IV, VI e VII.

Para ser admitido no concurso, o candidato deve:

- I. preencher os requisitos básicos para investidura em cargo público;
- II. apresentar documento de identidade indicado no edital; e



- III. recolher a taxa de inscrição que for fixada pela Comissão.

Posse

Posse é o ato expresso de aceitação das atribuições, dos deveres e das responsabilidades do cargo formalizado com a assinatura do termo pelo empossado e pela autoridade competente.

A posse deve ocorrer no prazo de 30 dias contados da publicação da nomeação, prorrogável por até 30 dias, a requerimento do interessado ou de seu representante legal e a juízo da Administração. Caso não ocorra a posse nesse prazo é ineficaz o ato de provimento.

Esse prazo é contado, **quando o aprovado for funcionário público**, do término da licença:

- I. por motivo de doença em pessoa da família;
- II. para a prestação de serviço militar;
- III. para capacitação;
- IV. em razão de férias;
- V. para participação em programa de treinamento regularmente instituído;
- VI. para integrar júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- VII. à gestante, à adotante e à paternidade;
- VIII. para tratamento da saúde, até o limite de 24 meses, cumulativo ao longo do tempo de serviço público prestado ao Estado do Paraná, em cargo de provimento efetivo;
- IX. por motivo de acidente em serviço ou de doença profissional;
- X. para deslocamento à nova sede;
- XI. para missão ou estudo no exterior.

Admite-se o ato de posse por procuração com poderes específicos, sendo que nesse ato o funcionário deve apresentar declaração de seus bens, de exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

Art. 18, § 4º **Somente haverá posse** nos casos de provimento por nomeação.

(...)

§ 7º **Somente se dará posse** àquele que for julgado **apto física e mentalmente para o exercício do cargo**.

§ 8º O Presidente do Tribunal de Justiça designará os funcionários competentes a dar posse.



Estágio Probatório

Ao entrar em exercício, o funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo fica sujeito a **estágio probatório por período de 36 meses**, durante o qual a sua aptidão e capacidade são objetos de avaliação para o desempenho do cargo.

Fatores avaliados	
1	Assiduidade
2	Disciplina
3	Capacidade
4	Produtividade
5	Responsabilidade

Seis meses antes de findo o período do estágio probatório, é submetida à homologação da autoridade competente a avaliação de desempenho do funcionário, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados na tabela acima.

Caso a autoridade competente não homologue a avaliação de desempenho indicando a exoneração, é aberto procedimento que é regido pelas normas do processo administrativo disciplinar conforme o Quadro ao qual pertencer o funcionário., sendo que durante o trâmite do referido processo o prazo para aquisição da estabilidade ficará suspenso até o julgamento final.

O funcionário em estágio probatório pode exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções gratificadas.

O estágio probatório e respectivo prazo ficam suspensos durante as licenças e os afastamentos sendo retomados a partir do término de tais impedimentos, sendo que o funcionário em estágio probatório não pode ser cedido a qualquer outro órgão da administração pública direta ou indireta.

Licenças permitidas durante o estágio probatório	
1	Para tratamento de saúde
2	Por motivo de doença em pessoa da família
3	Para acompanhamento do cônjuge ou companheiro funcionário público
4	Para prestar serviço militar ou outro serviço obrigatório por lei
5	Para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na administração pública
6	Para o exercício de mandato político



7	Pelo período que mediar a sua escolha como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral
8	Pelo período do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral até o décimo dia seguinte ao pleito

A avaliação de desempenho constitui condição para aquisição da estabilidade e tem como finalidade avaliar a capacidade e a aptidão do funcionário para o exercício do cargo.

Art. 21. O estágio probatório será sempre relacionado com o cargo ocupado.

Parágrafo único. Na hipótese de nomeação para outro cargo de provimento efetivo, o prazo de estágio probatório e da avaliação especial reiniciará com a respectiva assunção.

Estabilidade

O funcionário habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquire a estabilidade no serviço público ao completar 3 anos de efetivo exercício.

O funcionário estável somente pode perder o cargo em virtude de:

- I. sentença judicial transitada em julgado;
- II. decisão em processo administrativo disciplinar;
- III. decisão derivada de processo de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar federal, assegurada a ampla defesa;
- IV. para corte de despesas com pessoal conforme disposto na Constituição e legislação federal.

Readaptação

A readaptação é o **provimento de funcionário efetivo em cargo de atribuições compatíveis com a sua capacidade física ou mental**, derivada de alteração posterior à nomeação e verificada em inspeção médica oficial.

O procedimento de readaptação tem o prazo de 6 meses, podendo ser prorrogado no caso de o funcionário estar participando de programa de reabilitação profissional, sendo o servidor aposentado ao final do prazo caso seja julgado incapaz.

Declarado reabilitado para a função pública:



- I. a readaptação é realizada em cargo com atribuições afins, respeitada a habilitação exigida para o cargo de origem, bem como o nível de escolaridade e os vencimentos inerentes a este;
- II. na hipótese de inexistência de cargo vago, o funcionário exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

A readaptação é sempre para cargo de vencimento igual ou inferior ao de origem, **preservado o direito à remuneração paga ao funcionário neste último.**

Reversão

A reversão é o **retorno de funcionário aposentado ao exercício das atribuições**:

- I. **no caso de aposentadoria por invalidez**, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria;
 - a) encontrando-se provido o cargo, o funcionário exerce suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga
- II. **no interesse da administração** e a partir de requerimento do funcionário aposentado, observadas as seguintes condições:
 - a) que a aposentadoria tenha sido voluntária;
 - b) ocorrência da aposentadoria nos 5 anos anteriores ao requerimento;
 - c) estabilidade adquirida quando em atividade;
 - d) haja cargo vago.

A reversão é realizada mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação, sendo que após o retorno, o tempo de exercício é considerado para concessão de nova aposentadoria.

O funcionário que retornar à atividade por interesse da administração percebe, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, inclusive com a vantagem de natureza pessoal incorporada e que percebia anteriormente à aposentadoria.

O funcionário no caso de reversão no interesse da administração, somente tem os proventos calculados com base nas regras atuais se permanecer pelo menos 5 anos no cargo.

O aposentado que já tiver completado **70 anos de idade não pode reverter.**



Disponibilidade

O funcionário é posto em disponibilidade **quando extinto o seu cargo ou declarada sua desnecessidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço**, sendo a remuneração mensal para o cálculo da proporcionalidade correspondente ao vencimento, acrescido das vantagens pessoais, permanentes e relativas ao exercício do cargo de provimento efetivo.

A **disponibilidade** do funcionário se dá conforme os **seguintes critérios e ordem**:

- I. menor pontuação na avaliação de desempenho no ano anterior;
- II. maior número de faltas ao serviço;
- III. menor idade;
- IV. maior remuneração.

Art. 31. O período de disponibilidade é considerado como de efetivo exercício para efeito de aposentadoria, observadas as normas próprias a esta.

Aproveitamento

Aproveitamento é o **retorno obrigatório do funcionário em disponibilidade ao exercício de cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado**, ocorrendo na primeira vaga que ocorrer com precedência sobre as demais formas de provimento, observada a seguinte ordem de preferência dentre os funcionários em disponibilidade:

- I. maior tempo de disponibilidade;
- II. maior tempo de serviço público estadual;
- III. maior tempo de serviço público;
- IV. maior idade.

Não há aproveitamento para cargo de natureza superior ao anteriormente ocupado, sendo que o funcionário aproveitado em cargo de natureza inferior ao anteriormente ocupado percebe a diferença de remuneração correspondente.

O aproveitamento se dá somente àquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do novo cargo, sendo que se declarada a incapacidade para o novo cargo em inspeção médica, o funcionário é aposentado por invalidez, considerando-se, para tanto, o tempo de disponibilidade.



Reintegração

Reintegração é o retorno do funcionário ao exercício das atribuições de seu cargo, ou de cargo resultante de sua transformação, **quando invalidada a demissão por decisão administrativa ou judicial**.

Na hipótese de extinção do cargo ou declarada sua desnecessidade, o funcionário fica em disponibilidade e será aproveitado, na forma descrita no item acima.

Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante é reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

O funcionário **reintegrado por decisão definitiva é ressarcido financeiramente pelo que deixou de perceber** como vencimento ou remuneração durante o período de afastamento.

Transitada em julgado a decisão definitiva, é expedido o **decreto de reintegração no prazo máximo de 30 dias**.

Recondução

Recondução é **o retorno do funcionário ao cargo anteriormente ocupado** e decorre de:

- I. inabilitação ou desistência de estágio probatório relativo a outro cargo;
- II. reintegração do anterior ocupante.

Encontrando-se provido o cargo de origem, o funcionário será aproveitado em outro, sendo que na impossibilidade do aproveitamento o funcionário é posto em disponibilidade.

Exercício

Exercício é o **desempenho das atribuições do cargo público ou da função gratificada**, sendo seu início, suspensão, interrupção e reinício anotados na ficha funcional.

O prazo para entrar em exercício das atribuições do cargo ou da função é de 30 dias, podendo ser prorrogado por 30 dias a requerimento do interessado e a juízo da autoridade competente para dar posse, contado da data:

- I. da posse;
- II. da publicação no Diário da Justiça dos atos relativos às demais formas de provimento.

O exercício em função de confiança se dá no prazo máximo de 30 dias, contados da publicação do ato de designação.

O funcionário removido, promovido, relotado, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório tem 8 dias de prazo, contados da publicação do ato, para o retorno ao efetivo



desempenho das atribuições do cargo na mesma comarca. Esse prazo é de 15 dias caso a lotação de destino seja em outra comarca.

Art. 38, § 5º O funcionário licenciado nos termos deste Estatuto retornará às efetivas atribuições a partir do término da licença.

§ 6º O exercício em cargo efetivo nos casos de reintegração, aproveitamento, reversão, recondução e readaptação dependerá de prévia satisfação dos requisitos atinentes a tais formas de provimento e aptidão física e mental comprovada em inspeção médica oficial.

O funcionário que, após a posse, não entrar em exercício dentro do prazo fixado, é exonerado, podendo ser reunidos em um só ato a posse e o exercício.

O exercício é condicionado à **vedação de conferir ao funcionário atribuições diversas das do seu respectivo cargo**.

Frequência e Horário de Expediente

A jornada de trabalho dos servidores do Poder Judiciário é de **8 horas diárias e de 40 horas semanais, facultada a fixação de 7 horas ininterruptas**.

Em razão do exercício de atividade externa incompatível com a fixação de horário de expediente, os funcionários com atribuições de Oficiais de Justiça e de Avaliadores têm somente a sua frequência diária registrada nos boletins das Secretarias para as quais estiverem designados.

A jornada de trabalho dos servidores e os expedientes dos Ofícios de Justiça do Foro Judicial e da Secretaria são fixados e regulamentados por Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Art. 40, § 3º **Fica autorizada a compensação da jornada de trabalho do servidor mediante a utilização do Banco de Horas**, no qual serão registradas de forma individualizada as horas trabalhadas no exclusivo interesse do serviço, sendo regulamentada por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

Em todos os Juízos, Gabinetes, Departamentos e Centros do Tribunal de Justiça há **controle de frequência dos funcionários por meio de livro-ponto ou de outro meio de controle regulamentado pelo Presidente do Tribunal de Justiça**.

É vedado dispensar o funcionário do registro de frequência, salvo disposição legal em contrário ou autorização do Presidente do Tribunal de Justiça.

Nos casos de vacância do cargo de magistrado, os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e em comissão lotados no respectivo gabinete permanecem vinculados



àquela unidade até que o novo ocupante daquele cargo redefina sua composição, podendo os servidores serem designados para atender temporariamente o magistrado substituto ou convocado para atuar em regime de exceção, por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

Após o provimento do cargo de magistrado, **os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo que não mais compuserem** o gabinete são cientificados e **devem se apresentar no setor competente do Tribunal, no prazo de 3 dias**, para controle de frequência e início do processo de nova lotação.

Provido o cargo vago, o setor competente do Departamento de Gestão de Recursos Humanos fará lavrar e publicar os atos de exoneração dos servidores ocupantes exclusivos de cargos de livre provimento vinculados ao gabinete.

Em caso de afastamento do magistrado, a estrutura de pessoal vinculada ao respectivo gabinete é mantida

Os funcionários efetivos devem se apresentar na Divisão de Recursos Humanos **no terceiro dia após o falecimento**, sendo exonerados do cargo em comissão eventualmente exercido a partir daquela data.

Nos dias úteis, somente por determinação do Presidente do Tribunal de Justiça podem deixar de funcionar os serviços do Judiciário ou ser suspensos, no todo ou em parte, seus trabalhos.

Os funcionários regidos pelo Estatuto, ocupantes de cargo de provimento efetivo ou em comissão, podem ser convocados fora do horário do expediente **sempre que houver interesse da Administração**.

Vacância

Hipóteses de vacância	
1	Remoção
2	Promoção
3	Exoneração
4	Demissão
5	Readaptação
6	Aposentadoria
7	Falecimento
8	Posse em outro cargo inacumulável

O cargo é considerado vago na data:

- I. da publicação do ato de aposentadoria, exoneração, remoção, promoção, demissão ou readaptação;



II. do falecimento do ocupante do cargo.

Remoção e Promoção

A remoção ou promoção se dá por ato do Presidente do Tribunal de Justiça de acordo com indicação do Conselho da Magistratura e com base nas regras por ele aprovadas.

A remoção ou promoção somente se aplica aos ocupantes de cargos do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição, aos Secretários do Conselho de Supervisão do Juizado Especial, aos Secretários de Turma Recursal do Juizado Especial, aos Secretários do Juizado Especial, aos Oficiais de Justiça do Juizado Especial, aos Auxiliares de Cartório do Juizado Especial, aos Auxiliares Administrativos do Juizado Especial, e aos Contadores e Avaliadores do Juizado Especial.

A **remoção é a transferência do funcionário de um cargo para outro de mesma natureza** em outra comarca ou foro de igual entrância e ocorre alternadamente **por antiguidade e merecimento**.

A promoção é a **passagem do funcionário de um cargo para outro de mesma natureza e classe imediatamente superior** e ocorre alternadamente também por **antiguidade e merecimento**.

A abertura dos editais para remoção e para promoção se dão alternadamente e **não concorrendo interessados ou habilitados a uma ou outra é autorizado concurso de provimento por ingresso**.

O cargo ficando vago, o Presidente do Tribunal autoriza a expedição de edital com prazo de 5 dias convocando os interessados à remoção ou à promoção. Decorrido o referido prazo, os pedidos são reunidos em uma só autuação e encaminhados à Corregedoria-Geral da Justiça para informação sobre os antecedentes funcionais.

Não é deferida a inscrição a quem tenha sofrido pena disciplinar nos últimos 2 anos.

Somente é admitido ao processo de remoção ou promoção os funcionários com mais de 2 anos em exercício no cargo e que estejam ao menos no penúltimo nível de sua classe.

Vencidas as etapas acima, o procedimento é relatado pelo Corregedor-Geral da Justiça perante o Conselho da Magistratura, que delibera sobre a indicação ou não dos pretendentes.

Art. 48, § 5º **Não se aplica remoção ou promoção aos cargos cuja extinção é prevista em lei** à medida que vagarem e **nem aos cargos que, de livre remanejamento, forem redistribuídos pela Administração Pública.**

Exoneração

A exoneração **ocorre**:

- I. **a pedido** do funcionário; ou
- II. **de ofício**.
 - a. quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;
 - b. quando, após a posse, o funcionário não entrar em exercício no prazo estabelecido;
 - c. para corte de despesas com pessoal nos termos da lei federal.

A exoneração de cargo em comissão ou a dispensa da função de confiança ocorre:

- I. a juízo do Presidente do Tribunal de Justiça;
- II. a pedido do próprio funcionário.

Lotação e Relotação

Lotação é o **ato de definição** da secretaria, do setor ou da repartição em que o **funcionário exercerá as suas atribuições**. Ela **sempre se dá de ofício**, respeitados os casos em que seja previamente definida em lei a secretaria, o foro ou a comarca ao qual o cargo é afetado.

Relotação é o **deslocamento do funcionário, a pedido ou de ofício, de uma repartição ou setor para outro**, inclusive entre foros, comarcas, ou secretarias, respeitados os casos em que seja previamente definida em lei a secretaria ou a comarca ao qual o cargo é afetado.

A relotação dos servidores efetivos remunerados exclusivamente pelos cofres públicos, cujos cargos são extintos à medida que vagarem, pode ser estabelecida em Decreto da Presidência do Tribunal de Justiça.

A lotação e a relotação dos servidores devem observar as atribuições dos cargos, respeitada as áreas de atuação de apoio direto ou indireto à prestação jurisdicional, nos seguintes termos:

- I. Unidades Judiciárias de 1º Grau de Jurisdição: integrada por servidores das carreiras de Auxiliares da Justiça de Nível Superior, Serventuários da Justiça, Contabilista Superior, Auxiliares da Justiça, Intermediária e Básica, por ocupantes dos cargos de Técnico Especializado da Infância e Juventude e de Técnico Especializado em Execução Penal, por cargos de livre provimento e funções comissionadas alocados naquelas unidades;
- II. Unidades Judiciárias de 2º Grau de Jurisdição: integrada por servidores das carreiras de Auxiliares da Justiça de nível Superior, Serventuários da Justiça, Contabilista Superior, Intermediária, Auxiliares da Justiça e Básica, por cargos de livre provimento e funções comissionadas alocados naquelas unidades;



- III. Secretaria do Tribunal de Justiça: integrada por servidores ocupantes das carreiras Jurídica Especial e de Apoio Especializado Superior, Intermediária e Básica, bem como por ocupantes de cargos ou funções comissionadas alocados naquelas unidades;
- IV. Cúpula Diretiva: integrada por servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e por cargos de livre provimento ou funções de confiança.

Art. 53-B. A alocação dos cargos efetivos, de livre provimento e funções comissionadas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e de seus servidores será regulamentada por decreto do Presidente do Tribunal de Justiça, que **atenderá os critérios de equalização da força de trabalho entre os graus de jurisdição, segundo a demanda processual.**

No cálculo de distribuição dos cargos efetivos e dos valores correspondentes aos cargos de livre provimento e funções comissionadas entre os graus de jurisdição são considerados:

- I. o número de conciliadores remunerados, mediadores e juízes leigos, por grau de jurisdição, limitado a 25% da quantidade total, em cada grau de jurisdição, da força de trabalho destinada à área de apoio direto à atividade judicante;
- II. 20% do número total de servidores efetivos, dos cargos de livre provimento e de eventuais funções comissionadas existentes nos Gabinetes dos Juízes de Direito Substituto em Segundo Grau.

A quantidade total de servidores lotados nas áreas de apoio indireto à atividade judicante corresponde a, no máximo, 30% do total de servidores, excluídas a área de tecnologia da informação e a escola dos servidores.

Não haverá transferência compulsória de servidores com atuação na área de apoio direto à atividade judicante, de um grau de jurisdição para outro, **se o déficit de servidores em um dos graus de jurisdição for igual ou inferior a 1% do número total de servidores com atuação na área de apoio direto à atividade judicante**, salvo decisão motivada do Presidente do Tribunal de Justiça.

Os servidores ocupantes do cargo de Técnico Judiciário, oriundos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, a critério da Administração, **podem ser designados para atendimento das unidades judiciárias de 1º grau**, a fim de suprir a demanda temporária de servidores ou para a redução do acervo de processos, **nas seguintes modalidades:**

- I. **Presencial:** mediante relotação voluntária ou, de ofício, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;



- II. **Remota**: nas Unidades Permanentes de Apoio à Prestação Jurisdicional no 1º Grau de Jurisdição existentes na Capital.

A relotação de ofício é precedida da voluntária e observa, entre outros critérios objetivos a serem fixados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, via decreto, o tempo de serviço no cargo e na unidade.

Os servidores oriundos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição podem ser lotados em quaisquer das unidades judiciárias, inclusive para fins de ocupação de cargos de livre provimento e funções comissionadas, nos termos de regulamento expedido pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que atende os seguintes requisitos quanto à alocação desses servidores nas unidades de 2º grau:

- I. distribuição proporcional de servidores por unidade judiciária de 1º grau, de acordo com a lotação paradigma de cada unidade, de modo a não configurar déficit de servidor nas Secretarias de 1º grau;
- II. atendimento prioritário à demanda por servidores nas unidades judiciárias em processo de estatização, para fins de cumprimento do inciso I deste artigo;
- III. possibilidade de permuta entre servidores ocupantes de cargos da mesma carreira entre as unidades judiciárias de 1º e 2º graus de jurisdição.

A atuação dos servidores referidos acima em força tarefa da Corregedoria Geral da Justiça, por prazo certo, na Central de Movimentação Processual ou na Escola dos Servidores da Justiça Estadual do Paraná (ESEJE), independe dos requisitos estabelecidos nos itens I e II acima.

Substituição

Nos casos de **impedimentos superiores a 10 dias**, o funcionário **ocupante do cargo de provimento em comissão ou de função gratificada é substituído**.

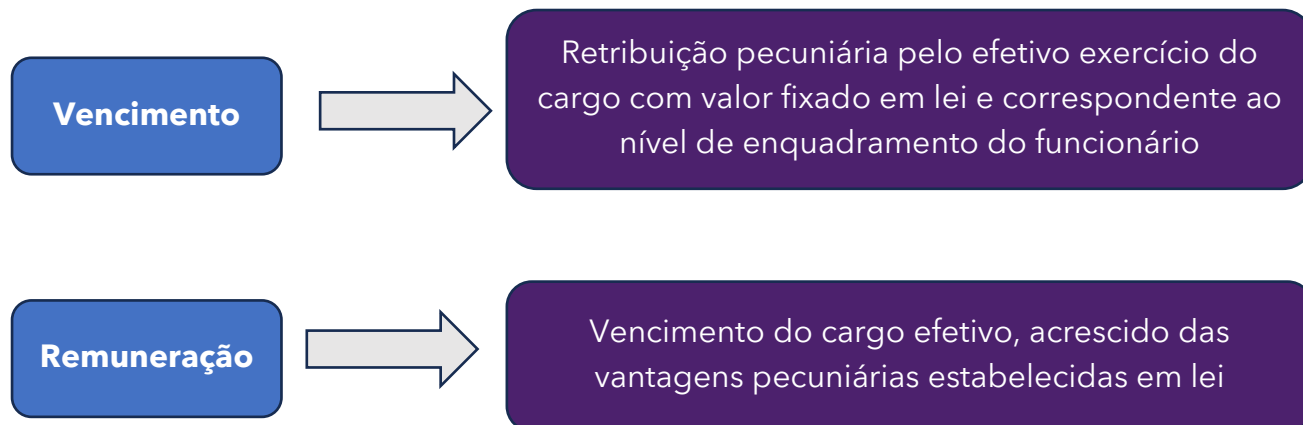
A substituição depende de ato da administração e recai em funcionário **ocupante de cargo de provimento efetivo** e é por prazo determinado **não superior a 120 dias**.

O Presidente do Tribunal de Justiça define em regulamento os cargos em comissão que podem ser preenchidos temporariamente por substituição, sendo que o substituto percebe, além de sua remuneração, a diferença proporcional ao tempo de substituição, calculada como se fosse titular do cargo em comissão ou da função gratificada.



Direitos e Vantagens

Vencimento e Remuneração



Os funcionários ocupantes de cargo de provimento efetivo e de provimento em comissão percebem seus vencimentos ou suas remunerações nos termos da lei que define o Plano de Cargos e Progressão do Poder Judiciário.

Nenhum funcionário do Poder Judiciário terá **remuneração superior** ao subsídio percebido por **Desembargador**.

O funcionário perde:

- I. a remuneração dos dias em que faltar ao serviço;
- II. a remuneração correspondente ao turno da falta (manhã ou tarde);
- III. 1/3 da remuneração do dia, se comparecer ao serviço com atraso ou sair antecipadamente.

Atraso: o comparecimento ao serviço após o início do expediente **até o máximo de uma hora**, após o que é lançada falta do respectivo turno.

Saída antecipada: aquela que ocorrer antes do término do turno ou do período de trabalho.

As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou força maior podem ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.

O funcionário pode **perder 50% do valor do vencimento ou da remuneração, no caso de aplicação de pena de suspensão convertida em multa**, ficando obrigado a permanecer no serviço.

As faltas ao serviço, **decorrentes de ordens judiciais dirigidas contra o funcionário**, implicam em:

- I. **redução da remuneração a 2/3** durante o afastamento por motivo de prisão cautelar;



a. o funcionário tem direito à integralização da remuneração se for absolvido em decisão definitiva.

II. **redução da remuneração a metade** durante o afastamento em virtude de decisão condenatória penal transitada em julgado, que não determine a perda do cargo.

As reduções mencionadas acima cessam no dia em que o funcionário for posto em liberdade, devendo o funcionário que for posto em liberdade retornar ao exercício de suas atribuições no dia seguinte à soltura.

Não incidirá desconto sobre o vencimento ou a remuneração, salvo por:

- I. imposição legal;
- II. ordem judicial; ou
- III. autorização escrita do funcionário.

a. a consignação do desconto fica a critério da administração pública.

As reposições e indenizações ao Erário Estadual são descontadas em parcelas mensais, não excedentes a 10% da remuneração, sendo elas previamente comunicadas ao funcionário e corrigidas pela média do INPC (IBGE) e IGP-DI (Fundação Getúlio Vargas) ou pela média dos índices que vierem a substituí-los e acrescidas de juros nos termos da lei civil.

A reposição será integral e em parcela única quando o pagamento indevido tiver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha.

Quando o funcionário for exonerado, dispensado ou demitido, ele tem o prazo de 60 dias, a contar da data da perda do vínculo com a administração pública, para pagar o débito, sendo que o não pagamento implica em inscrição em dívida ativa.

As reposições derivadas de **revogações de ordens judiciais que majoraram vencimentos ou remunerações devem ser feitas em 30 dias**, a contar da data da notificação administrativa, sob pena de inscrição em dívida ativa.

No caso de **recebimento de valores indevidos a título de remuneração ou vencimento** o funcionário deve **comunicar à Secretaria do Tribunal de Justiça no prazo de 10 dias**, sob pena de caracterização de comportamento desleal para com a administração pública.

Vantagens

Poderão ser pagas ao funcionário as seguintes vantagens:

- I. indenizações;
- II. adicionais;
- III. gratificações.



Os adicionais incorporam-se ao vencimento ou aos proventos, nos casos e condições indicados em lei, sendo que **as vantagens não serão computadas nem acumuladas para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários posteriores**, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Indenizações

Constituem indenizações:

- I. ajuda de custo;
- II. diárias;
- III. transporte;
- IV. auxílio-alimentação.

1) Ajuda de custo

Ajuda de custo é a **compensação das despesas** do funcionário que em virtude de promoção, remoção ou relocação **muda de domicílio para exercer as suas atribuições em caráter permanente em outra comarca**.

Ela compreende as **despesas do funcionário** e de sua família com combustível ou passagem e do transporte de bagagens e de bens pessoais **até o valor de uma remuneração mensal**, sendo a compensação feita mediante comprovação documental dessas despesas.

A ajuda de custo somente é realizada uma vez a cada intervalo mínimo de 2 anos, no caso de remoções ou promoções, não se aplicando o limite de tempo para a ajuda de custo em razão de relocação de ofício pela administração pública.

Não é devida ajuda de custo na hipótese de relocação a pedido do funcionário.

O funcionário é obrigado a restituir integralmente a ajuda de custo recebida, no prazo de 10 dias, quando, injustificadamente, **não se apresentar na nova sede, no prazo 30 dias**, ou ainda, **pedir exoneração antes de completar 90 dias de exercício na nova sede**.

2) Diárias



O funcionário em serviço que se afastar por ordem da Administração Pública da sede de sua lotação, **em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, tem direito ao pagamento das passagens e de diárias** destinadas a indenizar as despesas realizadas em razão do deslocamento.

A diária é devida por dia de afastamento e tem valor arbitrado conforme regulamento editado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, observado o seguinte:

- I. valores fixos para alimentação e pernoite; e
- II. a base de cálculo dos valores de alimentação e pernoite é estabelecida segundo o cargo, função e nível na carreira do funcionário.

Quando o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o funcionário não tem direito a diárias.

Art. 74. **O funcionário que receber diária e não se afastar da sede por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-la integralmente, no prazo de 2 (dois) dias.**

Parágrafo único. Na hipótese de o funcionário retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no caput deste artigo.

3) Indenização de Transporte

A indenização de transporte é concedida ao funcionário que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo.

4) Auxílio Alimentação

É concedido mensalmente o auxílio-alimentação por dia trabalhado aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, bem como aos ocupantes de cargo em comissão puro.

A concessão do auxílio-alimentação é feita em pecúnia, proporcionalmente aos dias efetivamente trabalhados, conforme apurado em boletim de frequência do servidor, sendo que ao servidor que acumule cargos ou empregos na forma da Constituição é pago apenas um único auxílio-alimentação, mediante opção.

Art. 75-B, § 2º O servidor não perceberá auxílio-alimentação quando estiver cedido a outro órgão ou outra entidade da Administração direta ou indireta, nem em acompanhamento de cônjuge ou companheiro, em serviço militar, em atividade política e para exercício de mandato eletivo, em licença para tratar de interesses



particulares, em licença para o desempenho de mandato classista e em missão ou estudo no exterior.

§ 3º Fará jus ao auxílio-alimentação o servidor que se encontrar em férias, ou em licença para tratamento de saúde ou por motivo de doença em pessoa da família, licença-maternidade, licença paternidade, licença à adotante e licença especial, bem como para frequentar cursos de capacitação, ou sujeito a horário especial.

Considerar-se para o desconto do auxílio-alimentação, por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 22 dias.

As diárias sofrerão desconto correspondente ao auxílio-alimentação a que fizer jus o servidor, exceto aquelas eventualmente pagas em finais de semana e feriados, observada a proporcionalidade de 22 dias.

O auxílio-alimentação não é:

- I. incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão;
- II. configurado como rendimento tributável e nem sofre incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público;
- III. caracterizado como salário-utilidade ou prestação in natura.

Adicionais

O funcionário ocupante de cargo de provimento efetivo tem acrescido aos vencimentos, a cada 5 anos de efetivo exercício, 5% do valor do vencimento previsto para o nível do cargo que ocupa até completar 25%, contados de forma linear. Esse acréscimo é imediato, inclusive para efeito de aposentadoria, pensão ou disponibilidade.

Ao completar 30 anos de efetivo exercício, o funcionário tem direito ao acréscimo aos vencimentos do nível de seu cargo de 5% por ano excedente, até o máximo de 25%, contados de forma linear.

A incorporação desses acréscimos também é imediata, inclusive para efeito de aposentadoria, pensão ou disponibilidade.

No cálculo e para efeito de pagamento do adicional mencionado acima, não é considerada a soma ao vencimento de qualquer acréscimo de adicional anteriormente deferido.





APOSTA ESTRATÉGICA



Dois tópicos que são cobrados com certa frequência em provas relacionados a Estatutos de Servidores Públicos e que acreditamos ter grandes chances de serem cobrados são os requisitos básicos para investidura no cargo público e quais licenças o servidor em estágio probatório pode usufruir:

Requisitos básicos para investidura em cargo público	
1	Nacionalidade brasileira
2	Gozo dos direitos políticos
3	Quitação com as obrigações militares e eleitorais
4	Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo
5	Idade mínima de 18 anos
6	Aptidão física e mental

Licenças permitidas durante o estágio probatório	
1	Para tratamento de saúde
2	Por motivo de doença em pessoa da família
3	Para acompanhamento do cônjuge ou companheiro funcionário público
4	Para prestar serviço militar ou outro serviço obrigatório por lei
5	Para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na administração pública
6	Para o exercício de mandato político
7	Pelo período que mediar a sua escolha como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral
8	Pelo período do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral até o décimo dia seguinte ao pleito



QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Por se tratar de uma lei específica para o Judiciário Estadual do Estado do Paraná, vamos trabalhar com questões aplicadas ao longo dos anos e que ainda estejam de acordo com o Estatuto após suas diversas mudanças.

1. (PUC PR/2017/TJ-PR/Analista Judiciário)

De acordo com as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Paraná, leia as assertivas a seguir e, depois, assinale a alternativa CORRETA.

I. A jornada de trabalho dos servidores do Poder Judiciário é de 8 (oito) horas diárias e de 40 (quarenta) horas semanais, facultada a fixação de 7 (sete) horas ininterruptas.

II. Licenciado para tratamento de saúde, por acidente no exercício de suas atribuições ou por doença profissional, o funcionário recebe integralmente o vencimento ou a remuneração com as vantagens inerentes ao cargo.

III. Ao entrar em exercício, o funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período máximo de 12 (doze) meses.

IV. O funcionário público estável não poderá perder o cargo em virtude de corte de despesas com pessoal.

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

Comentários

Item I - **correto**. Está de acordo com o artigo 40 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 40. A jornada de trabalho dos servidores do Poder Judiciário é de 8 (oito) horas diárias e de 40 (quarenta) horas semanais, facultada a fixação de 7 (sete) horas ininterruptas.



Item II – **correto**. Está de acordo com o artigo 113 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 113. Licenciado para tratamento de saúde, por acidente no exercício de suas atribuições ou por doença profissional, o funcionário recebe integralmente o vencimento ou a remuneração com as vantagens inerentes ao cargo.

Item III – **incorreto**. O período de estágio probatório é de 36 meses, conforme artigo 19 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 19. Ao entrar em exercício, o funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a **estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses**, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

Item IV – **incorreto**. Essa hipótese está listada no inciso IV do artigo 25 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 25. O funcionário estável somente perderá o cargo em virtude de:

(...)

IV - para corte de despesas com pessoal conforme disposto na Constituição e legislação federal.

Assim, apenas os itens I e II estão corretos, letra E.

Gabarito: Letra E

2. (NC UFPR (FUNPAR)/2014/TJ-PR/Analista Judiciário)

Após cinco anos de efetivo exercício, M.S., funcionário efetivo do TJ-PR, apresentou importantes alterações em sua capacidade física e se submeteu a inspeção médica oficial para provimento em cargo de atribuições compatíveis com a sua atual capacidade.

Assinale a alternativa que apresenta a forma de provimento em questão.

- a) Reintegração.
- b) Readaptação.
- c) Reversão.
- d) Aproveitamento.

Comentários

A questão faz referência à readaptação, letra B, definida no artigo 26 da Lei Estadual nº 16.024/2008:



Art. 26. A **readaptação** é o provimento de funcionário efetivo em cargo de atribuições compatíveis com a sua capacidade física ou mental, derivada de alteração posterior à nomeação e verificada em inspeção médica oficial.

Gabarito: Letra B

3. (NC UFPR (FUNPAR)/2014/TJ-PR/Analista Judiciário)

Funcionária, 40 anos, foi aposentada por invalidez após longo período em licença para tratamento de saúde, em razão de quadro ósteo-muscular em membro superior dominante, refratário ao tratamento instituído e incapacitante para o desempenho das atribuições de seu cargo. Após três anos de aposentadoria, comparece em inspeção médica oficial com documentos que comprovam erro no diagnóstico anterior de seu quadro, bem como a realização do devido tratamento curativo. A junta médica oficial considera insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Assinale a alternativa que indica a situação apresentada.

- a) Recondição.
- b) Readaptação.
- c) Reversão.
- d) Reintegração.

Comentários

A questão faz referência à reversão, letra C, definida no inciso I do artigo 28 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 28. **Reversão** é o retorno de funcionário aposentado ao exercício das atribuições:
I - no caso de aposentadoria por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria;

Gabarito: Letra C

4. (NC UFPR (FUNPAR)/2013/TJ-PR/Analista Judiciário)

Acerca do regime jurídico dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, assinale a alternativa correta.

- a) A nomeação do servidor para o cargo público é precedida pelo ato de posse.
- b) O servidor público de cargo efetivo adquire estabilidade ao entrar em exercício nas funções do cargo.
- c) Quando extinto o seu cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor público ocupante de cargo efetivo será exonerado.



d) Inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo, preenchidos os requisitos legais, é possível ao servidor público de cargo efetivo retornar ao cargo anteriormente ocupado.

Comentários

Letra A - **incorreta**. Na verdade, o ato da posse que é precedido pela nomeação, conforme § 1º do artigo 18 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 18. Posse é o ato expresso de aceitação das atribuições, dos deveres e das responsabilidades do cargo formalizado com a assinatura do termo pelo empossado e pela autoridade competente.

§ 1º **A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da nomeação**, prorrogável por até 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado ou de seu representante legal e a juízo da Administração.

Letra B - **incorreta**. A estabilidade é adquirida após 3 anos de efetivo exercício, conforme artigo 24 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 24. O funcionário habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao **completar 3 (três) anos de efetivo exercício**.

Letra C - **incorreta**. Nesse caso o servidor é colocado em disponibilidade, conforme artigo 29 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 29. O funcionário **será posto em disponibilidade** quando extinto o seu cargo ou declarada sua desnecessidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Letra D - **correta**. Está de acordo com o inciso I do artigo 36 da Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 36. Recondição é o retorno do funcionário ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I - inabilitação ou desistência de estágio probatório relativo a outro cargo;

Gabarito: Letra D

5. (NC UFPR (FUNPAR)/2013/TJ-PR/Analista Judiciário)

Em conformidade com o Estatuto dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná, são requisitos básicos para investidura em cargo público, EXCETO:

- a) o gozo dos direitos políticos.
- b) a quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- c) o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
- d) a idade mínima de 16 (dezesseis) anos.



Comentários

Os requisitos básicos para investidura no cargo público estão listados no artigo 9º da Lei Estadual nº 16.024/2008, não estando entre eles a letra D:

Art. 9º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos; (**Letra A**)

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais; (**Letra B**)

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; (**Letra C**)

V - a idade mínima de **18 (dezoito) anos**; (Letra D - **incorreta**)

VI - aptidão física e mental.

Gabarito: Letra D

6. (NC UFPR (FUNPAR)/2013/TJ-PR/Analista Judiciário)

Acerca das formas de provimento de cargo público previstas no Estatuto dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná, numere a coluna da direita de acordo com sua correspondência com a coluna da esquerda.

1.Nomeação.	() Retorno do funcionário ao exercício das atribuições de seu cargo, ou de cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a demissão por decisão administrativa ou judicial.
2.Reversão.	() Retorno do funcionário aposentado ao exercício das atribuições, preenchidos os requisitos legais.
3.Aproveitamento.	() Chamamento para a posse e para a entrada no exercício das atribuições do cargo público.
4.Reintegração.	() Retorno obrigatório do funcionário em disponibilidade ao exercício de cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
5.Remoção.	() Transferência do funcionário de um cargo para outro de mesma natureza em outra comarca ou foro de igual entrância.

Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta da coluna da direita, de cima para baixo.

a) 3 - 2 - 1 - 4 - 5.



b) 5 - 1 - 2 - 3 - 4.

c) 4 - 2 - 1 - 3 - 5.

d) 4 - 1 - 2 - 5 - 3.

Comentários

A primeira definição é a da Reintegração (**4**), conforme artigo 35 do Estatuto:

Art. 35. Reintegração é o retorno do funcionário ao exercício das atribuições de seu cargo, ou de cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a demissão por decisão administrativa ou judicial.

A segunda definição é a de reversão (**2**), conforme artigo 28 do Estatuto:

Art. 28. Reversão é o retorno de funcionário aposentado ao exercício das atribuições:

A terceira definição é a de nomeação (**1**), conforme artigo 12 do Estatuto:

Art. 12. A nomeação é o chamamento para a posse e para a entrada no exercício das atribuições do cargo público.

A quarta definição é a de aproveitamento (**3**), conforme artigo 32 do Estatuto:

Art. 32. Aproveitamento é o retorno obrigatório do funcionário em disponibilidade ao exercício de cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

A quinta definição é a de remoção (**5**), conforme o § 2º do artigo 48 do Estatuto:

Art. 48, § 2º A remoção é transferência do funcionário de um cargo para outro de mesma natureza em outra comarca ou foro de igual entrância e dar-se-á alternadamente por antiguidade e merecimento.

Assim, a sequência correta é 4-2-1-3-5, letra C.

Gabarito: Letra C

7. (FUNDUNISUL/2009/TJ-PR/Analista Judiciário)

Assinale a alternativa INCORRETA quanto à Lei 16.024/2008.

- a) Ao entrar em exercício, o funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observados os fatores de assiduidade, disciplina, capacidade, produtividade, responsabilidade.
- b) O funcionário em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções gratificadas.



- c) O funcionário em estágio probatório poderá ser cedido a qualquer outro órgão da administração pública direta ou indireta.
- d) A avaliação de desempenho constitui condição para aquisição da estabilidade e tem como finalidade avaliar a capacidade e a aptidão do funcionário para o exercício do cargo.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra C, já que o servidor em estágio probatório não pode ser cedido a qualquer outro órgão da administração pública direta ou indireta, conforme § 4º do artigo 19 da Lei Estadual nº 16.024/2008. As demais alternativas estão de acordo com a referida Lei:

Art. 19. Ao entrar em exercício, o funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: (**Letra A**)

I - assiduidade;

II - disciplina;

III - capacidade;

IV - produtividade;

V - responsabilidade.

(...)

§ 2º O funcionário em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções gratificadas. (**Letra B**)

(...)

§ 4º O funcionário em estágio probatório **não poderá ser cedido** a qualquer outro órgão da administração pública direta ou indireta e a ele somente poderão ser concedidas as seguintes licenças: (Letra C - **incorreta**)

(...)

Art. 20. A avaliação de desempenho constitui condição para aquisição da estabilidade e tem como finalidade avaliar a capacidade e a aptidão do funcionário para o exercício do cargo. (**Letra D**)

Gabarito: Letra C

8. (TJ PR (Ban. Exam.)/2009/TJ-PR/Analista Judiciário)

A teor do que dispõe o que está previsto no Regime Jurídico dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a investidura em cargo público de provimento efetivo



depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo na forma prevista em lei.

- a) O contexto acima, é absolutamente verdadeiro, pois a norma jurídica não admite exceções.
- b) O contexto acima é falso, porque a investidura em cargo público de provimento efetivo independe de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- c) O contexto acima pode ser entendido como relativamente verdadeiro, pois a literalidade do artigo 8º da Lei 16.024/2008, de forma clara ressalva nomeações para cargo em comissão, sem a possibilidade de exoneração.
- d) O contexto acima, pode ser entendido como falso, pois a teor do que dispõe a parte final do artigo 8º da Lei 16.024/2008, fica ressalvada a possibilidade de nomeações para cargo em comissão, que são de livre nomeação e exoneração.

Comentários

Vejamos o que diz o artigo 8º Lei Estadual nº 16.024/2008:

Art. 8º A investidura em cargo público de provimento efetivo depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo na forma prevista em lei, **ressalvadas as nomeações para cargo em comissão que são de livre nomeação e exoneração.**

Pela literalidade, podemos constatar que a alternativa mais adequada é a letra D, pois apesar de a regra ser a admissão em provimento efetivo por meio de aprovação em concurso público, existe a exceção, que são as nomeações para cargo em comissão, as quais são de livre nomeação e exoneração.

Gabarito: Letra D

9. (TJ PR (Ban. Exam.)/2009/TJ-PR/Analista Judiciário)

São motivos de vacância de cargo de funcionários públicos, segundo a Lei 16.024/08:

- a) Somente remoção, promoção e exoneração.
- b) Somente demissão, readaptação, aposentadoria e falecimento.
- c) Qualquer uma das disposições constantes nas letras "a" e "b" acima.
- d) Nenhuma das alternativas está correta.

Comentários

As hipóteses de vacância estão listadas no artigo 46 da Lei Estadual nº 16.024/2008, estando entre elas todas as listadas nas letras A e B, logo o gabarito é a letra C:



Art. 46. A vacância do cargo público decorrerá de:

I - remoção;

II - promoção;

III - exoneração;

IV - demissão;

V - readaptação;

VI - aposentadoria;

VII - falecimento.

VIII - posse em outro cargo inacumulável.

Gabarito: Letra C

10.(FUNDUNISUL/2009/TJ-PR/Analista Judiciário)

Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a Lei 16.024 de 2008.

- a) A exoneração dar-se-á a pedido do funcionário ou de ofício.
- b) A exoneração de ofício ocorrerá quando não satisfeitas as condições do estágio probatório e quando, após a posse, o funcionário não entrar em exercício no prazo estabelecido.
- c) A dispensa da função de confiança não poderá ser dada a pedido do próprio funcionário.
- d) A exoneração de ofício ocorrerá para corte de despesas com pessoal nos termos da lei federal.
- e) A exoneração de cargo em comissão ou a dispensa da função de confiança dar-se-á a juízo do Presidente do Tribunal de Justiça.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra C, já que a dispensa da função de confiança pode ser dada a pedido do próprio funcionário, conforme artigo 51 da Lei Estadual nº 16.024/2008. As demais alternativas estão de acordo com a referida Lei:

Art. 50. A exoneração dar-se-á a pedido do funcionário ou de ofício. (Letra A - **correta**)

Parágrafo único. A exoneração de ofício ocorrerá: (Letras B e D- **corretas**)

I - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II - quando, após a posse, o funcionário não entrar em exercício no prazo estabelecido;

III - para corte de despesas com pessoal nos termos da lei federal.



Art. 51. A exoneração de cargo em comissão ou a dispensa da função de confiança dar-se-á:

I - a juízo do Presidente do Tribunal de Justiça; (Letra E - **correta**)

II - a pedido do próprio funcionário. (Letra C - **incorreta**)

Gabarito: Letra C



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

- 1) _____ é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional cometidas a funcionário, identificado pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres públicos.
- 2) Quais as formas de provimento dos cargos públicos?
- 3) _____ é o conjunto de classes que diz respeito a atividades profissionais correlatas ou afins, quanto à natureza do respectivo trabalho ou ao ramo de conhecimento aplicado em seu desempenho.
- 4) Qual o prazo do concurso público segundo a Lei Estadual nº 16.024/2008?
- 5) Qual o percentual de vagas que será reservado para as pessoas portadoras de deficiência?
- 6) Qual o prazo para o funcionário entrar em exercício segundo Lei Estadual nº 16.024/2008?
- 7) Em quais casos o funcionário estável perderá o seu cargo?
- 8) O funcionário que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da _____ (1), a remuneração do _____ (2) que voltar a exercer, inclusive com a vantagem de natureza _____ (3) incorporada e que percebia anteriormente à _____ (4).
- 9) Qual a consequência para o funcionário se ele for declarado incapaz para o novo cargo por inspeção médica no momento de seu aproveitamento segundo Lei Estadual nº 16.024/2008?



- 10) A readaptação será realizada em cargo com atribuições _____ (1), respeitada a _____ (2) exigida para o cargo de origem, bem como o nível de _____ (3) e os _____ (4) inerentes a este.
- 11) _____ é a compensação das despesas do funcionário que em virtude de promoção, remoção ou relotação muda de domicílio para exercer as suas atribuições em caráter permanente em outra comarca.
- 12) Quais as condições para que ocorra a reversão no interesse da administração e a partir do requerimento do funcionário segundo a Lei Estadual nº 16.024/2008?
- 13) No caso de recebimento de valores indevidos a título de _____ (1) ou _____ (2) o funcionário comunicará, no prazo de _____ (3), à Secretaria do Tribunal de Justiça, sob pena de caracterização de comportamento _____ (4) para com a administração pública.
- 14) Qual o prazo para o procedimento de readaptação segundo a Lei Estadual nº 16.024/2008?
- 15) Qual o prazo que o funcionário exonerado, dispensado ou demitido terá para pagar seu débito eventuais débitos com o Erário Estadual segundo o Estatuto?
- 16) Qual o prazo que o funcionário tem para restituir o valor da diária recebida quando ele não se afastar da sede por qualquer motivo?
- 17) _____ é a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo com valor fixado em lei e correspondente ao nível de enquadramento do funcionário.
- 18) Em quais casos ocorre a recondução?
- 19) A partir de quando será considerado o cargo vago?



20) A inscrição para a remoção não poderá ser deferida a quem tenha sofrido pena disciplinar nos últimos _____(1), sendo admitido apenas funcionários com mais de _____(2) em exercício no cargo e que estejam ao menos no _____(3) nível de sua _____(4).



Perguntas com respostas

- 1) _____ é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional cometidas a funcionário, identificado pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres públicos.

Cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional cometidas a funcionário, identificado pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres públicos. (Art. 3º)

- 2) **Quais as formas de provimento dos cargos públicos?**

Os cargos públicos são de provimento efetivo ou de provimento em comissão (Art. 6º)

- 3) _____ é o conjunto de classes que diz respeito a atividades profissionais correlatas ou afins, quanto à natureza do respectivo trabalho ou ao ramo de conhecimento aplicado em seu desempenho.

Grupo Ocupacional é o conjunto de classes que diz respeito a atividades profissionais correlatas ou afins, quanto à natureza do respectivo trabalho ou ao ramo de conhecimento aplicado em seu desempenho (Art. 4º, inciso II).

- 4) **Qual o prazo do concurso público segundo a Lei Estadual nº 16.024/2008?**

O prazo de validade do concurso será de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período (Art. 16).

- 5) **Qual o percentual de vagas que será reservado para as pessoas portadoras de deficiência?**

Pessoas portadoras de deficiência: 5% das vagas oferecidas no concurso (Art. 15, § 3º):

- 6) **Qual o prazo para o funcionário entrar em exercício segundo Lei Estadual nº 16.024/2008?**

O prazo para entrar em exercício é de 30 dias, podendo esse ser prorrogado por mais 30 dias, a requerimento do interessado e a juízo da autoridade competente para dar posse. (Art. 38, § 1º).

- 7) **Em quais casos o funcionário estável perderá o seu cargo?**

Tais hipóteses constam no artigo 25 do Estatuto:

Art. 25. O funcionário estável somente perderá o cargo em virtude de:

- I - sentença judicial transitada em julgado;
- II - decisão em processo administrativo disciplinar;



III - decisão derivada de processo de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar federal, assegurada a ampla defesa;

IV - para corte de despesas com pessoal conforme disposto na Constituição e legislação federal.

8) O funcionário que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da _____ (1), a remuneração do _____ (2) que voltar a exercer, inclusive com a vantagem de natureza _____ (3) incorporada e que percebia anteriormente à _____ (4).

As lacunas são preenchidas com os seguintes termos:

1 - aposentadoria

2 - cargo

3 - pessoal

4 - aposentadoria

Art. 28, § 4º O funcionário que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da **aposentadoria**, a remuneração do **cargo** que voltar a exercer, inclusive com a vantagem de natureza **pessoal** incorporada e que percebia anteriormente à **aposentadoria**.

9) Qual a consequência para o funcionário se ele for declarado incapaz para o novo cargo por inspeção médica no momento de seu aproveitamento segundo Lei Estadual nº 16.024/2008?

Nesse caso ele será aposentado por invalidez (Art. 34, parágrafo único).

10) A readaptação será realizada em cargo com atribuições _____ (1), respeitada a _____ (2) exigida para o cargo de origem, bem como o nível de _____ (3) e os _____ (4) inerentes a este.

As lacunas são preenchidas pelos seguintes termos:

1 - afins

2 - habilitação

3 - escolaridade

4 - vencimentos

Art. 27, § 2º Declarado reabilitado para a função pública:

I - a readaptação será realizada em cargo com atribuições **afins**, respeitada a **habilitação** exigida para o cargo de origem, bem como o nível de **escolaridade** e os **vencimentos** inerentes a este;



11) _____ é a compensação das despesas do funcionário que em virtude de promoção, remoção ou relocação muda de domicílio para exercer as suas atribuições em caráter permanente em outra comarca.

Ajuda de custo é a compensação das despesas do funcionário que em virtude de promoção, remoção ou relocação muda de domicílio para exercer as suas atribuições em caráter permanente em outra comarca. (Art. 72).

12) Quais as condições para que ocorra a reversão no interesse da administração e a partir do requerimento do funcionário segundo a Lei Estadual nº 16.024/2008?

Os requisitos são (Art. 28, inciso II):

- a) que a aposentadoria tenha sido voluntária;
- b) ocorrência da aposentadoria nos 5 (cinco) anos anteriores ao requerimento;
- c) estabilidade adquirida quando em atividade;
- d) haja cargo vago.

13) No caso de recebimento de valores indevidos a título de _____(1) ou _____(2) o funcionário comunicará, no prazo de _____(3), à Secretaria do Tribunal de Justiça, sob pena de caracterização de comportamento _____(4) para com a administração pública.

As lacunas são preenchidas pelos seguintes termos:

- 1 - remuneração
- 2 - vencimento
- 3 - 10 dias
- 4 - desleal

Art. 69, § 5º No caso de recebimento de valores indevidos a título de **remuneração** ou **vencimento** o funcionário comunicará, no prazo de **10 (dez) dias**, à Secretaria do Tribunal de Justiça, sob pena de caracterização de comportamento **desleal** para com a administração pública.

14) Qual o prazo para o procedimento de readaptação segundo a Lei Estadual nº 16.024/2008?

O procedimento de readaptação terá o prazo de 6 meses, podendo ser prorrogado no caso de o funcionário estar participando de programa de reabilitação profissional (Art. 27).

15) Qual o prazo que o funcionário exonerado, dispensado ou demitido terá para pagar seu débito eventuais débitos com o Erário Estadual segundo o Estatuto?



O referido prazo é de 60 dias a contar da data da perda do vínculo com a administração pública, sendo que o não pagamento implicará em inscrição em dívida ativa. (Art. 69, § 3º)

16) Qual o prazo que o funcionário tem para restituir o valor da diária recebida quando ele não se afastar da sede por qualquer motivo?

Nesse caso o funcionário está obrigado a restituir integralmente o valor recebido em 2 dias (Art. 74).

17) _____ é a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo com valor fixado em lei e correspondente ao nível de enquadramento do funcionário.

Vencimento é a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo com valor fixado em lei e correspondente ao nível de enquadramento do funcionário. (Art. 62)

18) Em quais casos ocorre a recondução?

A Recondução é o retorno do funcionário ao cargo anteriormente ocupado e decorre de: (Art. 36):

- I. inabilitação ou desistência de estágio probatório relativo a outro cargo;
- II. reintegração do anterior ocupante.

19) A partir de quando será considerado o cargo vago?

O cargo será considerado vago na data: (Art. 47).

- I. da publicação do ato de aposentadoria, exoneração, remoção, promoção, demissão ou readaptação;
- II. do falecimento do ocupante do cargo.

20) A inscrição para a remoção não poderá ser deferida a quem tenha sofrido pena disciplinar nos últimos _____(1), sendo admitido apenas funcionários com mais de _____(2) em exercício no cargo e que estejam ao menos no _____(3) nível de sua _____(4).

As lacunas são preenchidas pelos seguintes termos:

- 1- 2 anos
- 2- 2 anos
- 3- penúltimo
- 4- classe

Art. 49, § 2º Não será deferido a inscrição a quem tenha sofrido pena disciplinar nos últimos **2 (dois) anos**.

§ 3º À remoção ou à promoção somente serão admitidos funcionários com mais de **2 (dois) anos** em exercício no cargo e que estejam ao menos no **penúltimo** nível de sua **classe**.



LISTA DE QUESTÕES

1. (PUC PR/2017/TJ-PR/Analista Judiciário)

De acordo com as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Paraná, leia as assertivas a seguir e, depois, assinale a alternativa CORRETA.

I. A jornada de trabalho dos servidores do Poder Judiciário é de 8 (oito) horas diárias e de 40 (quarenta) horas semanais, facultada a fixação de 7 (sete) horas ininterruptas.

II. Licenciado para tratamento de saúde, por acidente no exercício de suas atribuições ou por doença profissional, o funcionário recebe integralmente o vencimento ou a remuneração com as vantagens inerentes ao cargo.

III. Ao entrar em exercício, o funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período máximo de 12 (doze) meses.

IV. O funcionário público estável não poderá perder o cargo em virtude de corte de despesas com pessoal.

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

2. (NC UFPR (FUNPAR)/2014/TJ-PR/Analista Judiciário)

Após cinco anos de efetivo exercício, M.S., funcionário efetivo do TJ-PR, apresentou importantes alterações em sua capacidade física e se submeteu a inspeção médica oficial para provimento em cargo de atribuições compatíveis com a sua atual capacidade.

Assinale a alternativa que apresenta a forma de provimento em questão.

- a) Reintegração.
- b) Readaptação.
- c) Reversão.
- d) Aproveitamento.



3. (NC UFPR (FUNPAR)/2014/TJ-PR/Analista Judiciário)

Funcionária, 40 anos, foi aposentada por invalidez após longo período em licença para tratamento de saúde, em razão de quadro ósteo-muscular em membro superior dominante, refratário ao tratamento instituído e incapacitante para o desempenho das atribuições de seu cargo. Após três anos de aposentadoria, comparece em inspeção médica oficial com documentos que comprovam erro no diagnóstico anterior de seu quadro, bem como a realização do devido tratamento curativo. A junta médica oficial considera insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Assinale a alternativa que indica a situação apresentada.

- a) Recondução.
- b) Readaptação.
- c) Reversão.
- d) Reintegração.

4. (NC UFPR (FUNPAR)/2013/TJ-PR/Analista Judiciário)

Acerca do regime jurídico dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, assinale a alternativa correta.

- a) A nomeação do servidor para o cargo público é precedida pelo ato de posse.
- b) O servidor público de cargo efetivo adquire estabilidade ao entrar em exercício nas funções do cargo.
- c) Quando extinto o seu cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor público ocupante de cargo efetivo será exonerado.
- d) Inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo, preenchidos os requisitos legais, é possível ao servidor público de cargo efetivo retornar ao cargo anteriormente ocupado.

5. (NC UFPR (FUNPAR)/2013/TJ-PR/Analista Judiciário)

Em conformidade com o Estatuto dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná, são requisitos básicos para investidura em cargo público, EXCETO:

- a) o gozo dos direitos políticos.
- b) a quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- c) o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
- d) a idade mínima de 16 (dezesseis) anos.



6. (NC UFPR (FUNPAR)/2013/TJ-PR/Analista Judiciário)

Acerca das formas de provimento de cargo público previstas no Estatuto dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná, numere a coluna da direita de acordo com sua correspondência com a coluna da esquerda.

1.Nomeação.	() Retorno do funcionário ao exercício das atribuições de seu cargo, ou de cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a demissão por decisão administrativa ou judicial.
2.Reversão.	() Retorno do funcionário aposentado ao exercício das atribuições, preenchidos os requisitos legais.
3.Aproveitamento.	() Chamamento para a posse e para a entrada no exercício das atribuições do cargo público.
4.Reintegração.	() Retorno obrigatório do funcionário em disponibilidade ao exercício de cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
5.Remoção.	() Transferência do funcionário de um cargo para outro de mesma natureza em outra comarca ou foro de igual entrância.

Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta da coluna da direita, de cima para baixo.

- a) 3 - 2 - 1 - 4 - 5.
- b) 5 - 1 - 2 - 3 - 4.
- c) 4 - 2 - 1 - 3 - 5.
- d) 4 - 1 - 2 - 5 - 3.

7. (FUNDUNISUL/2009/TJ-PR/Analista Judiciário)

Assinale a alternativa INCORRETA quanto à Lei 16.024/2008.

- a) Ao entrar em exercício, o funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observados os fatores de assiduidade, disciplina, capacidade, produtividade, responsabilidade.
- b) O funcionário em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções gratificadas.



- c) O funcionário em estágio probatório poderá ser cedido a qualquer outro órgão da administração pública direta ou indireta.
- d) A avaliação de desempenho constitui condição para aquisição da estabilidade e tem como finalidade avaliar a capacidade e a aptidão do funcionário para o exercício do cargo.

8. (TJ PR (Ban. Exam.)/2009/TJ-PR/Analista Judiciário)

A teor do que dispõe o que está previsto no Regime Jurídico dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a investidura em cargo público de provimento efetivo depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo na forma prevista em lei.

- a) O contexto acima, é absolutamente verdadeiro, pois a norma jurídica não admite exceções.
- b) O contexto acima é falso, porque a investidura em cargo público de provimento efetivo independe de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- c) O contexto acima pode ser entendido como relativamente verdadeiro, pois a literalidade do artigo 8º da Lei 16.024/2008, de forma clara ressalva nomeações para cargo em comissão, sem a possibilidade de exoneração.
- d) O contexto acima, pode ser entendido como falso, pois a teor do que dispõe a parte final do artigo 8º da Lei 16.024/2008, fica ressalvada a possibilidade de nomeações para cargo em comissão, que são de livre nomeação e exoneração.

9. (TJ PR (Ban. Exam.)/2009/TJ-PR/Analista Judiciário)

São motivos de vacância de cargo de funcionários públicos, segundo a Lei 16024/08:

- a) Somente remoção, promoção e exoneração.
- b) Somente demissão, readaptação, aposentadoria e falecimento.
- c) Qualquer uma das disposições constantes nas letras "a" e "b" acima.
- d) Nenhuma das alternativas está correta.

10.(FUNDUNISUL/2009/TJ-PR/Analista Judiciário)

Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a Lei 16.024 de 2008.

- a) A exoneração dar-se-á a pedido do funcionário ou de ofício.



- b) A exoneração de ofício ocorrerá quando não satisfeitas as condições do estágio probatório e quando, após a posse, o funcionário não entrar em exercício no prazo estabelecido.
- c) A dispensa da função de confiança não poderá ser dada a pedido do próprio funcionário.
- d) A exoneração de ofício ocorrerá para corte de despesas com pessoal nos termos da lei federal.
- e) A exoneração de cargo em comissão ou a dispensa da função de confiança dar-se-á a juízo do Presidente do Tribunal de Justiça.



GABARITO



- | | |
|------------|-------------|
| 1. Letra E | 6. Letra C |
| 2. Letra B | 7. Letra C |
| 3. Letra C | 8. Letra D |
| 4. Letra D | 9. Letra C |
| 5. Letra D | 10. Letra C |



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei Estadual nº 16.024/2008



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.